

Ag

MAURO CHAVES *Senado Federal*

Mandonismo, servilismo e cinismo

Se os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda forem afastados do Senado por quebra de decoro – seja por cassação ou renúncia –, é provável que muitos achem que a punição terá sido exagerada, pois atos tão ou mais indecorosos do que a violação do sigilo do painel eletrônico de votações já foram praticados sem seus responsáveis sofrerem sanções equivalentes. Talvez se diga que, do ponto de vista ético, o Senado engoliu muitos bois e acabou se engasgando com um mosquito. Porque, mesmo que se aprecie o talentoso desempenho (misto de tragédia shakespeariana e Comédia Del'Arte) que Pedro Simon repete, igualzinho, em cada interrogatório, e nos talk shows da TV, a pedido do apresentador, difícil é concordar com a afirmação do senador gaúcho de que esse crime do painel foi o maior já praticado em qualquer Parlamento do mundo, e é muito mais grave do que a corrupção.

Ora, a corrupção reinante no País desvia quantidades enormes de dinheiro público, que poderiam ser aplicadas em saúde, educação, segurança, habitação e tantos outros investimentos sociais destinados a minorar os sofrimentos de uma população carente e miserável como a nossa. Como isso não é muito pior do que uma fútil canalhice, que a rigor não modificou nenhuma votação, não roubou recursos públicos e só prejudicou mesmo os que dela participaram (com exceção da senadora Heloísa Helena)? É verdade que em nosso Legislativo costuma prevalecer uma espécie de síndrome de Al Capone, pela qual sempre se pu-



O que realmente motivou cada um na violação do painel do Senado?

nem os suspeitos por seus delitos menores. Congressistas que passaram a mão no dinheiro público, notórios estelionatários que afanaram milhões, só foram cassados porque perpetraram mentirinhas em alguma CPI.

É possível, no entanto, que o interesse popular maior no processo em curso no Conselho de Éti-

ca do Senado, que, transmitido pela televisão, se tornou um espetáculo popular, com direito a telões em praças públicas (e já há pessimistas dizendo que esta será nossa Copa do Mundo, na falta da outra) com todos os seus atrativos circenses – o histrionismo de alguns, a desarticulação de outros, a inteligência de poucos e a demagogia de vários –, tenha menos que ver com a gravidade do crime, em si, do que com certas características perversas e desprezíveis que ainda são muito comuns em nosso espaço público-político, por mais que já tenha avançado a nossa democracia.

Façamos a simples indagação – que não foi muito lembrada nem nos interrogatórios nem na acareação dos depoentes Regina, ACM e Arruda: o que, realmente, motivou cada um no episódio? Independentemente de ter ordenado ou não a violação do painel, por que cargas d'água o então presidente do Senado andou falando para vários colegas que sabia quem tinha votado a favor ou contra a cassação de Luís Estevão? É claro que se tratava, simplesmente, de uma senha de advertência – como aqueles avisos sutis contidos nas mensagens dos chefes mafiosos – no sentido de avisar que ele tinha condições de “saber quem vota no que”

nas votações secretas do Senado (e, quem sabe, do Congresso). É evidente que isso não serviria mais para o caso de Luís Estevão, já cassado, mas sim para futuras e importantíssimas deliberações – a principal das quais, por motivos óbvios, seria a escolha do novo presidente do Senado. Essa, portanto, seria a motivação de ACM, estribada no vício das informações classificadas, dos dossiês secretos e de tudo o mais que (nos tempos da ditadura) se costumava “guardar, para usar na hora certa”.

E a dra. Regina Borges, por que se prestou a um papel tão abjeto, levando seus colegas a praticarem um crime contra a importantíssima instituição pública a que dedicava seu trabalho? Como poderia sofrer “coação psicológica” por meio de uma ordem indireta, não conferida, transmitida por intermediário sem vínculo de subordinação com o mandante? Que riscos correria em descumprir uma or-

dem ilegal quem desfruta do prestígio de profissional respeitada, altamente qualificada, com 25 anos de serviços prestados? Com toda a capacidade de articulação verbal que tem demonstrado, não lhe caberia denunciar, prontamente, uma ordem espúria desse tipo, o que traria sérios riscos apenas para o mandante ou o intermediário, jamais para ela? Por que ela se permitiu prejudicar tanto a imagem de todos os técnicos que estão no serviço público? Tudo isso por medo? Não, apenas pelo mais puro, desprezível e aviltante servilismo. Essa funcionária, que tem sido tão glorificada, como se se tratasse de verdadeira heroína, é um dos exemplos mais tristes de quanto um funcionário consegue rebaixar-se, moralmente, para agradar ao chefe, ou para fazer o que supõe que lhe possa agradar.

E o senador Arruda? Bem, esse deu a pior das demonstrações que pode dar um homem público, misturando um difuso servilismo com extremo cinismo – e cumplicidade com o mandonismo. A quem estaria servindo? Ele não participava da Mesa do Senado, não era do partido do presidente da Casa nem é baiano. Por que, então, se prestou ao ignóbil papel de menino de recados de ACM? Talvez pretendesse também montar um estoque de “informações classificadas” sobre os votos dos colegas, quem sabe para locá-lo ao próprio governo, em situações difíceis... Agora, tanto sua versão de “consulta técnica” quanto seu choro funtante na tribuna seriam tragicômicos, se não fossem tão deprimentes.

Mandonismo, servilismo e cinismo são os traços que desenharam com maior precisão os perfis dos protagonistas dessa farsa, com personagens emblemáticos de nossa cena pública e política.



■ Mauro Chaves é jornalista, advogado, dramaturgo e produtor cultural